

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

tenha crescido 1,2% em 2019 frente a 2018, e projeta que a economia deverá acelerar gradualmente seu ritmo de crescimento e registrar expansão de 2,3% em 2020.

Apesar da volatilidade das taxas de câmbio, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre - R\$4,03/US\$ versus R\$4,16/US\$. Ademais, a Santander Capitalização testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior - reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico darão suporte a uma melhora no desempenho.

Mais ainda, a Santander Capitalização entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto a Santander Capitalização observou o credit default swap para o prazo de 5 anos encerrar o trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base - o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que a Santander Capitalização reconheça a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, a Santander Capitalização entende que os acontecimentos domésticos poderão conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R\$4,00/US\$.

Por fim, a Santander Capitalização também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no quarto trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, como as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiveram-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 5,50% a.a. para 4,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para eventuais novas reduções - caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado que a projeção da Santander Capitalização para a inflação em 2020 - 3,4% - indica resultado bem abaixo do objetivo estabelecido para este mesmo ano - 4,00% - a Santander Capitalização projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,00% a.a. no primeiro trimestre de 2020 e permanecer neste patamar ao longo do ano.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização, atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 um lucro líquido no valor de R\$153 milhões (2018 - R\$128 milhões) patrimônio líquido de R\$341 milhões (31/12/2018 - R\$319 milhões) e provisões técnicas de capitalização de R\$2,6 bilhões (31/12/2018 - R\$1,9 bilhões).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante				
Disponível	48.21.c	18.113	5.436	5.436
Caixa e Bancos		18.113	5.436	5.436
Aplicações	35.137	16.421	16.421	16.421
Títulos de Renda Fixa	5.a	35.137	16.421	16.421
Títulos e Créditos a Receber	313	668	74	74
Títulos e Créditos a Receber	21.c	79	74	74
Outros Créditos		234	594	594
Ativo não Circulante	3.088.730	2.290.970	2.290.970	2.290.970
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.954.321	2.156.521	2.156.521	2.156.521
Aplicações	2.927.236	2.130.273	2.130.273	2.130.273
Títulos de Renda Fixa	5.a	2.927.236	2.130.273	2.130.273
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326	8.326
(-) Redução ao Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.326)	(8.326)
Títulos e Créditos a Receber	27.085	26.248	1.626	1.626
Créditos Tributários e Previdenciários	68.20.a	1.626	1.572	1.572
Permanentes Judiciais	7	25.459	24.676	24.676
Permanente	134.409	134.449	1.328	1.328
Investimentos		1.288	1.328	1.328
Imóveis Destinados à Renda		1.288	1.328	1.328
Outros Investimentos		1.077	1.077	1.077
(-) Redução ao Valor Recuperável	(1.077)	(1.077)	-	-
Imobilizado	3	3	3	3
Bens Móveis		3	3	3
(-) Depreciação		(3)	(3)	(3)
Intangível	8	133.121	133.121	133.121
Outros Intangíveis		133.121	133.121	133.121
Agio de Incorporação		133.121	133.121	133.121
Total do Ativo	3.142.293	2.313.495	3.142.293	2.313.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		140.900	28.180	33.545	16.808	219.433
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	4.409	4.409
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	128.082	128.082
Proposta para Distribuição do Resultado:		-	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	(18.850)	(18.850)
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(13.600)	(13.600)
Reserva para Equalização de Dividendos		-	-	95.632	-	95.632
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		140.900	28.180	129.177	21.217	319.474
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		140.900	28.180	129.177	21.217	319.474
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	35.908	35.908
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	14.b	-	-	(129.000)	-	(129.000)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	153.296	153.296
Destinações:		-	-	-	-	-
Dividendos	14.b	(33.324)	(33.324)	-	-	(66.648)
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Reservas Estatutárias	14.b	-	-	114.972	(114.972)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		140.900	28.180	115.149	57.125	341.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização ou Companhia), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º andar - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus Prontuários de Participação em Planos de Capitalização, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivado, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referenciados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 26 de fevereiro de 2020.

a) Normas e Interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2019

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2019 e ainda não foram adotadas pela Santander Capitalização são:

O IFRS 17 - Instrumentos Financeiros (IFRS 17)

Este novo pronunciamento ainda não foi referenciado pela SUSEP. Adicionalmente, o pronunciamento concedeu para as entidades que tem atividade preponderante de seguros uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com o novo pronunciamento sobre contratos de seguros "CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17).

CPC 06 (R2) - Contratos de Leasing (IFRS 16)

Emiteida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória pelo IASB a partir de 1 de janeiro de 2019, esta CPC ainda está em processo de aprovação pela SUSEP. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Santander Capitalização não possui contratos de arrendamento.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

O IFRS 17 substitui o IFRS 4 e tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, além de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda está em processo de aprovação da SUSEP e seus impactos de adoção estão sendo avaliados.

b) Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
- Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização do crédito a receber são discutidos na Nota 3-f;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis e ágios) são discutidos na Nota 3-i e j;
- A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos na Nota 3-e i e j;
- Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-k;
- Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-l;
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-n.

As principais premissas que podem afetar estas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou valores judiciais e administrativos adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
- Mudanças nos regimes de mercado de títulos brasileiros, incluindo títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias decorrentes dos ganhos e prejuízos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como reduções dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

Apesar da volatilidade das taxas de câmbio, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre - R\$4,03/US\$ versus R\$4,16/US\$. Ademais, a Santander Capitalização testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior - reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico darão suporte a uma melhora no desempenho.

Mais ainda, a Santander Capitalização entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto a Santander Capitalização observou o credit default swap para o prazo de 5 anos encerrar o trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base - o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que a Santander Capitalização reconheça a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, a Santander Capitalização entende que os acontecimentos domésticos poderão conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R\$4,00/US\$.

Por fim, a Santander Capitalização também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no quarto trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, como as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiveram-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 5,50% a.a. para 4,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para eventuais novas reduções - caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado que a projeção da Santander Capitalização para a inflação em 2020 - 3,4% - indica resultado bem abaixo do objetivo estabelecido para este mesmo ano - 4,00% - a Santander Capitalização projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,00% a.a. no primeiro trimestre de 2020 e permanecer neste patamar ao longo do ano.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização, atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 um lucro líquido no valor de R\$153 milhões (2018 - R\$128 milhões) patrimônio líquido de R\$341 milhões (31/12/2018 - R\$319 milhões) e provisões técnicas de capitalização de R\$2,6 bilhões (31/12/2018 - R\$1,9 bilhões).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao acionista titular do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de aumento estipulado em oramento da Santander Capitalização. O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2019. Os lucros no destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operacionais na qualidade e saúde do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A.

A Santander Capitalização informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização				
Arrecadação com Títulos de Capitalização		2.426.277	1.578.805	1.578.805
Variação da Provisão para Resgate		(1.825.446)	(1.101.150)	(1.101.150)
Resultado com Sorteios		(87.013)	(82.510)	(82.510)
Custos de Aquisição		(40)	(40)	(40)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	15	(289.190)	214.587	(214.587)
Outras Receitas Operacionais		54.365	89.209	89.209
Outras Despesas Operacionais		(343.555)	(303.796)	(303.796)
Despesas Administrativas		(22.893)	(22.893)	(22.893)
Serviços de Terceiros		(832)	(643)	(643)
Localização e Funcionamento		(9.212)	(9.391)	(9.391)
Publicidade e Propaganda		(1.684)	(1.523)	(1.523)
Publicações		(230)	(121)	(121)
Donativos e Contribuições		(1.436)	(1.411)	(1.411)
Despesas Administrativas Diversas	16	(9.499)	(7.773)	(7.773)
Despesas com Tributos	17	(27.719)	(23.852)	(23.852)
Resultado Financeiro	18	74.548	81.835	81.835
Receitas Financeiras		188.267	177.330	177.330
Despesas Financeiras		(113.719)	(95.495)	(95.495)
Resultado Patrimonial	19	877	815	815
Receitas com Imóveis Destinados à Renda		917	855	855
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(40)	(40)	(40)
Resultado Operacional		249.407	218.454	218.454
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes Resultado antes dos Impostos		249.808	217.640	217.640
Imposto de Renda	20.f	(59.429)	(50.223)	(50.223)
Contribuição Social	20.f	(37.083)	(39.339)	(39.339)
Lucro Líquido do Exercício		153.296	128.082	128.082
Quantidade de Ações (Mil)	14.a	64.615	64.615	64.615
Lucro Líquido por Ação - R\$ (Mil)		2,37	1,98	1,98

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1) Intangível

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida é contabilizada de acordo com CPC 15, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e, portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada exercício apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "perdas com outros ativos (líquidos) - outros ativos intangíveis" na demonstração do resultado. Uma perda do valor recuperável do ágio não é revertida em exercícios subsequentes.

k) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes
A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

l) Provisões Técnicas
Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Processo SUSEP

Tipo	Carregamento Médio
15414.004261/2008-70	11,17%
15414.900380/2015-84	5,19%
15414.900403/2018-01	9,97%

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de capitalização podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre Capital Próprio
Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprimento desta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações
a) Composição por Classificação

	31/12/2019				
	Taxa de Juros Contratada - %	Ajuste ao Valor de Mercado no: Custo Amortizado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6,5 a.a. PRE	602.111	(10)	602.101	20,3%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	1.467.221	48.496	1.515.717	51,2%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	793.191	51.364	844.555	28,5%
Total		2.862.523	99.850	2.962.373	100,0%
					31/12/2018
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6,5 a.a. PRE	734.152	25	734.177	34,2%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	949.402	18.677	968.079	45,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	426.053	18.385	444.438	20,7%
Total		2.109.607	37.087	2.146.694	100,0%

b) Composição por Prazo de Vencimento

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	543.815	58.286	602.101
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.137	980.863	534.854	1.515.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	35.137	164.697	644.761	844.555
Total	35.137	1.689.375	1.237.801	2.962.373

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima) e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos dianteiros.

c) Movimentação das Aplicações

	Saldo em 31/12/2018	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro (Nota 18)	Resultado/ Patrimônio Líquido	Saldo em 31/12/2019
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	734.177	1.285.141	(1.455.842)	38.660	(35)	602.101
Letras do Tesouro Nacional - LTN	968.079	1.149.056	(725.584)	94.347	29.819	1.515.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	444.438	362.049	(420.355)	54.444	32.799	844.555
Total	2.146.694	2.796.246	(2.230.781)	187.451	62.763	2.962.373

d) Outras Aplicações
As outras aplicações registradas no ativo realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.326 (31/12/2018 - R\$3.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$3.326 (31/12/2018 - R\$3.326).

e) Garantia das Provisões Técnicas
As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de Renda Fixa Públicos	2.962.373	2.146.694
Total de Cobertura	2.962.373	2.146.694
Provisões Técnicas (Nota 13)	(2.620.900)	(1.874.147)
Total de Excedente	341.473	272.547

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Tributários (Nota 20.a)	1.626	1.572
Total	1.626	1.572

7. Depósitos Judiciais

	31/12/2019	31/12/2018
Fiscais	25.394	24.649
Trabalhistas	52	19
Cíveis	13	8
Total	25.459	24.676

8. Intangível
Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. no valor líquido de R\$133.121 (31/12/2018 - R\$133.121), com vida útil indefinida.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outros; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, atualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:
Base para Determinação do Valor Recuperável
5 Anos
3,8%
15,8%

(i) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(ii) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 19,33%.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda	40.439	18.552
Contribuição Social	28.462	20.241
PIS e COFINS	2.334	1.994
Total	71.235	40.787

10. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Processos Fiscais e Obrigações Legais	350	395
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	28	25
Total	378	420

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	395	25
Constituição Líquida de Reversão	(60)	1
Atualização Monetária	15	3
Baixas por Pagamento	-	(1.491)
Outros (1)	-	(129.956)
Saldo Final	350	28
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	10	9

(1) Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, optamos pelo pagamento dos valores discutidos.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas
A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas Classificadas como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2019, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$2.049 (31/12/2018 - R\$1.990), e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

11. Débitos de Operações com Capitalização
Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais (Nota 15), registrados no passivo circulante.

12. Depósitos de Terceiros
Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas.

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo circulado:

	31/12/2019	31/12/2018
De 0 a 30 Dias	52	15
De 31 a 60 Dias	1	17
De 61 a 120 Dias	2	22
De 121 a 180 Dias	10	82
De 181 a 365 Dias	5	104
Superior a 365 Dias	247	167
Total	317	407

13. Movimentação das Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2018	1.859.500	14.647	1.874.147
Constituição	1.825.446	87.013	1.912.459
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	112.126	7	112.133
Baixas	(1.190.508)	(87.331)	(1.277.839)
Saldo Final em 31 de Dezembro de 2019	2.606.564	14.336	2.620.900

Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2017

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Outras Provisões Técnicas	Total
Constituição	1.847.779	16.539	1.510	1.865.828
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	1.103.142	82.578	-	1.185.720
Baixas	88.603	11	-	88.614
Baixas	(1.180.024)	(84.481)	(1.510)	(1.266.015)
Saldo Final em 31 de Dezembro 2018	1.859.500	14.647	-	1.874.147

14. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
O capital social 31 de dezembro de 2019 e 2018, é de R\$140.900, representado por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas por sociedade domiciliada no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral da Santander Capitalização.

2019

	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido	Reais por Ação Ordinária	Valor Bruto	Valor Líquido do IR
Dividendos (1)	112.500	-	112.500	1,741082	1,741082	1,741082
Diversos (2)	16.500	-	16.500	0,255359	0,255359	0,255359
Juros sobre o Capital Próprio (3)	5.000	750	4.250	0,077381	0,085774	0,085774
Total	134.000	750	133.250			

(1) Em 20 de abril de 2019, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas para equalização de dividendos, o pagamento foi imediato.

(2) Conforme deliberado na Reunião da Diretoria Executiva realizada em 26 de fevereiro de 2019, o excedente das reservas constituídas em 31 de dezembro de 2018, foi destinado ao pagamento de dividendos.

(3) Em 26 de abril de 2019, foi aprovado a declaração e pagamento Juros sobre o Capital Próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2019, com pagamento a partir de 6 de maio de 2019.

2018

	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido	Reais por Ação Ordinária	Valor Bruto	Valor Líquido do IR
Dividendos Intermediários (1)	18.850	-	18.850	0,291728	-	-
Juros sobre o Capital Próprio (2)	13.600	2.040	11.560	0,210477	0,178906	-
Total	32.450	2.040	30.410			

(1) Em 31 de dezembro de 2018, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios sobre o resultado do exercício de 2018 que serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2019.

(2) Deliberados pela Diretoria Executiva em 6 de dezembro de 2018, com base no resultado do período de janeiro a dezembro de 2018, o pagamento foi efetuado em 18 de janeiro de 2019 e foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício de 2018.

Em dezembro de 2019, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$33.324 com base no resultado de janeiro a dezembro de 2019.

c) Reservas
Reserva Legal
Estatutariamente sobre a destinação do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva para Equalização de Dividendos
Limitada à 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Diretoria Executiva à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social (Nota 23).

Conforme deliberado na Reunião da Diretoria Executiva realizada em 26 de fevereiro de 2019, o excedente das reservas constituídas em 31 de dezembro de 2018, correspondente a R\$16.500, foi destinado ao pagamento de dividendos.

O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na AGE de 29 de março de 2018 (Nota 23).

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao Capital Social serão abordados em Assembleia Geral, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que uma Instituição honre seus compromissos financeiros em razão do descasamento de recebimentos e pagamentos.

No caso da Santander Capitalização esse risco pode ser traduzido em não honrar os resgates, vencimentos e pagamentos de prêmios aos detentores dos títulos de capitalização em decorrência de dificuldades de negociar os ativos da carteira no mercado. Essa situação pode ocorrer em virtude da indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações ou por condições de mercado que reduzam a negociação dos ativos que compõem a carteira.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

A política de investimento da Santander Capitalização coloca a liquidez como o principal critério de escolha dos ativos para composição da carteira de investimentos mantendo o nível de liquidez em patamares conservadores.

Para avaliação do fluxo de caixa das obrigações da Companhia é utilizado análise atuarial baseada no comportamento histórico dos pagamentos de sorteio e resgates antecipados dos títulos de capitalização.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo de gestão de ativos e passivos (ALM) da Santander Capitalização analisa seus fluxos de caixa e seus respectivos riscos. Sendo responsável por administrar as exposições, as decisões sobre seus ativos são tomadas de forma coordenada com seus passivos. Este é um processo contínuo de formulação, monitoramento e revisão de estratégias que são aprovadas nos Comitês de Investimento, respeitando os órgãos reguladores e os limites estabelecidos.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Santander Capitalização visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

- NIM (*Net Interest Margin*): avalia o impacto na margem financeira da Companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.
- MVE (*Market Value of Equity*): avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Santander Capitalização tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da Companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Santander Capitalização para cada um dos cenários abaixo da carteira no dia 31 de dezembro de 2019:

Carteira Banking Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições Sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(4.955)	(67.181)	(130.865)
Taxa Referencial	Exposições Sujeitas à Variação de Cupom de Taxa Referencial - TR	(4.401)	(68.519)	(141.551)
Total ⁽¹⁾		(9.356)	(135.699)	(272.416)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Luciano Felipe de Carvalho Benício

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

CONTADOR

Leonardo Santicoli - CRC 1 SP-265213/O-3

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Santander Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Santander Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Santander Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira

MIBA 729

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020

 **PricewaterhouseCoopers**
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José de Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4